



Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO FACILITADOR DO
PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO
Perspectiva de Letramento do BIA**

Michelle Rodrigues Alves

Professora-orientadora Mestre Juliana Fonseca Duarte

Professora monitora-orientadora Mestre Andréia Mello Lacé

Brasília (DF), maio de 2013

Michelle Rodrigues Alves

**O COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO FACILITADOR DO
PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO
Perspectiva de Letramento do BIA**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica sob orientação da Professora-orientadora Msc Juliana Fonseca Duarte e da Professora monitora-orientadora Msc Andréia Mello Lacé.

Brasília (DF), maio de 2013

TERMO DE APROVAÇÃO

Michelle Rodrigues Alves

O COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO FACILITADOR DO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO Perspectiva de Letramento do BIA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

Msc Juliana Fonseca Duarte
(Professora-orientadora)

Msc Lívia Silva Souza – SEEDF
(Examinadora externa)

Brasília, 18 de maio de 2013

Dedico este trabalho aos profissionais da educação, que com grande empenho e dedicação utilizam a função da coordenação pedagógica como aporte para realização da alfabetização na perspectiva do letramento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que deu forças para continuar nesta árdua caminhada; á minha família que soube compreender meus momentos de ausência; em especial a minha mãe, sogra e marido que cuidaram tão carinhosamente da minha bebê para que pudesse superar mais um desafio.

À Escola Classe 02 do Riacho Fundo II que foi solícita e abriu seu espaço para que essa pesquisa fosse realizada.

Agradeço a todos os professores que mesmo distantes se fizeram tão presentes no ambiente virtual de formação e que contribuíram de forma enriquecedora para o meu conhecimento que não se deu como fim, mas como processo e finalmente e não menos importante a minha orientadora Andreia que me fez enxergar uma luz no fim do túnel quando pensei em desistir e que de forma tão humana e carinhosa me incentivou, sua dedicação e doçura ficarão sempre em minha lembrança.

“A leitura de mundo precede a leitura da palavra.”

Paulo Freire

RESUMO

A presente pesquisa surgiu mediante os vários conflitos enfrentados pela pesquisadora durante a atuação como coordenadora pedagógica das turmas que compõe o Bloco Inicial de Alfabetização. Sabe-se que o coordenador pedagógico exerce função reflexiva e articulada no ambiente escolar. Para tanto a pesquisa objetivou identificar de que forma o coordenador pedagógico pode auxiliar o processo de alfabetização, na perspectiva do letramento, das crianças que participam do Bloco Inicial de Alfabetização, no Centro de Ensino Fundamental 02 Riacho Fundo II, do Distrito Federal. No primeiro momento a pesquisa fundamentou-se teoricamente baseando-se em autores como: Magda Soares (2004), Celso dos Santos Vasconcellos (2008), Paulo Gomes Lima (2007) e nos documentos que regem o trabalho na Secretária de Estado e Educação do Distrito Federal, como seu Regimento Interno, portaria nº 29, de 29 de janeiro de 2013, e nas Diretrizes Curriculares do Bloco Inicial de Alfabetização (2012). A pesquisa utilizou o método qualitativo para análise de dados, obtidos por meio de entrevista semiestruturada. Constatou-se que, apesar da sobrecarga de tarefas acumuladas pelo cargo de coordenadora pedagógica, a mesma pode propiciar agentes facilitadores como a formação continuada, orientação e acompanhamento de atividades, reflexão acerca de avaliações e suporte pedagógico do processo de alfabetização, na perspectiva do letramento, das crianças que compõe o BIA na Escola Classe 02 do Riacho Fundo II. Tal constatação se deve a entrevista de professoras e coordenadoras em consonância com os autores e documentos utilizados no referencial teórico.

Palavras-chave: Alfabetização; BIA; coordenação pedagógica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. REFERENCIAL TEÓRICO	11
1.1 Escolha das fontes e resultados.....	11
1.2 Alfabetização e letramento	12
1.3 Diretrizes do BIA.....	14
1.4 Alguns princípios do trabalho pedagógico no BIA	16
1.4.1 Princípio da formação continuada	16
1.4.2 Reagrupamento.....	16
1.4.3 Projeto Interventivo	18
1.5 Coordenação Pedagógica	19
1.6 O coordenador pedagógico	19
2. METODOLOGIA.....	24
2.1 Relato da coleta	25
3. EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE A – TERMO DE CIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO.....	40
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	41
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: PROFESSOR.....	42
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: COORDENADOR	43

INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa foi realizado em uma escola da Secretaria de Educação do Distrito Federal, a qual recebe a denominação de Escola Classe 02, situada na QN 14, conjunto D, lote “A”, no Riacho Fundo II.

A escola citada é relativamente nova, foi inaugurada em 2007, conta com uma boa infraestrutura, possui 13 salas de aula que funcionam tanto no turno matutino quanto no vespertino, recebe alunos do 1º ao 3º ano respectivamente. No matutino, possui uma turma de classe especial, quatro turmas de 2º ano e oito turmas de 3º ano. No vespertino, rege-se uma turma no 1º ano, cinco turmas no 2º ano e sete turmas no 3º ano. Somam-se nos dois turnos do ensino regular vinte e seis turmas, dentre estas duas turmas de 2º ano e duas de 3º ano de integração inversa, totalizando 620 alunos, aproximadamente.

A comunidade na qual está inserida essa instituição escolar, foi formada por cooperativas e lotes de assentamento, é carente e não possui lugares para lazer e outras atividades, expondo assim à maioria dos alunos à violência e à ociosidade, sendo esses, em muitos casos acompanhados pelo Conselho Tutelar.

Por se tratar de uma Escola Classe com turmas dos três primeiros anos que compõem o ciclo de alfabetização, todas suas atividades pedagógicas têm como foco principal a alfabetização e letramento do estudante ao final do 3º ano, fato que torna o trabalho do coordenador exaustivo pela grande demanda de atividades relacionadas ao ciclo de alfabetização.

É notório que na SEEDF, o trabalho do coordenador pedagógico ainda é uma incógnita, principalmente àqueles que o executam.

O fato é que o professor que assume a função de coordenador não está preparado para tal, não existem na rede de ensino público do Distrito Federal (DF) muitos cursos formadores que auxiliem a caminhada desse profissional, haja vista o número de professores que se candidatam a vaga da coordenação. Infelizmente, nota-se que em muitas escolas o docente que assume a função é o que sobra durante a escolha de turma e que não quer ser devolvido a sua Regional de Ensino, o que auxilia na deturpação da identidade do coordenador.

Quando esse coordenador está responsável pelas turmas referentes ao BIA as distorções realmente aparecem, pois o coordenador deve articular os saberes em

virtude da alfabetização, na perspectiva do letramento, dos alunos; e é nesse sentido que o trabalho de pesquisa visa estudar a seguinte situação problema: como o coordenador pedagógico pode facilitar o processo de alfabetização, na perspectiva do letramento, das crianças inclusas no Bloco Inicial de Alfabetização da Escola Classe 02 do Riacho Fundo II?

Foi público alvo desta pesquisa os professores atuantes nas séries do BIA, um representante de cada ano e duas coordenadoras atuantes na escola que participaram de entrevista semiestruturada e contribuíram para averiguação do objetivo geral que é identificar de que forma o coordenador pedagógico pode auxiliar o processo de alfabetização, na perspectiva do letramento, das crianças que participam do Bloco Inicial de Alfabetização, na Escola Classe 02 do Riacho Fundo II, do Distrito Federal.

Sendo assim, há a necessidade de pormenorizar o objeto de estudo com os seguintes objetivos específicos:

- Estudar a proposta de alfabetizar na perspectiva do letramento.
- Identificar a importância e função do coordenador pedagógico.
- Examinar as ações do coordenador nas práticas das Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização, formação continuada, projeto interventivo e reagrupamento.
- Identificar junto aos professores de que forma os coordenadores podem auxiliar no processo de alfabetização.
- Identificar junto aos coordenadores como estes, em exercício de sua função, atuam no processo de alfabetização, na perspectiva do letramento.

Para alcançar tais objetivos a pesquisa teve como palavras-chave a alfabetização e letramento, o BIA e o coordenador pedagógico, os quais foram propulsores/ descritores para pesquisa que embasou o referencial teórico.

Além do capítulo sobre o referencial teórico a presente pesquisa se deteve a outros dois. O segundo dedicado a metodologia adotada que, por sua natureza, é qualitativa, detendo-se ao estudo de caso da E.C. 02 e suas relações internas entre o coordenador pedagógico e os professores durante o processo de alfabetizar letrando. O terceiro que faz uma análise dos dados coletados por entrevistas semiestruturadas, dialogando com o referencial teórico apresentado na pesquisa.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

A revisão de literatura fundamenta-se em artigos, em documentos oficiais da SEEDF, em um livro que foi utilizado no decorrer do curso de pós-graduação, essa escolha foi feita devido à similaridade e ligação aos descritores. Toda essa literatura estudada foi de fundamental importância para subsidiar a pesquisa em questão e abordar de forma crítica o objetivo de Identificar de que forma o coordenador pedagógico pode auxiliar o processo de alfabetização, na perspectiva do letramento das crianças que participam do BIA, na E.C. 02 do Riacho Fundo II, do Distrito Federal.

1.1 Escolha das fontes e resultados

A escolha das fontes desta pesquisa se deu por orientação de professores da UNB que no decorrer do curso indicaram textos riquíssimos acerca do assunto e pela orientadora e tutora que indicaram sites de excelência e credibilidade científica. Dentre as fontes temos: Biblioteca virtual da Faculdade de Educação da UNB - teses e dissertações, site da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), site Scielo (Scientific Electronic Library Online), a biblioteca virtual do curso de pós-graduação em Coordenação Pedagógica e o autor Celso Vasconcellos.

O tema alfabetização sempre intrigou a vários estudiosos de educação, visto a sua importância. Para pensar em alfabetização é preciso que reveja todo ambiente educacional e a sua organização, fato esse que aponta diretamente para a figura do coordenador pedagógico, já que este tem que articular os diferentes saberes no ambiente educacional. Sendo assim, a escolha do tema a ser pesquisado foi o de identificar como o coordenador pedagógico pode facilitar o processo de alfabetização, na perspectiva do letramento.

Porém é um assunto que apesar de conter temas comuns, unidos são de difícil pesquisa, pois em toda a vasta busca encontra-se apenas uma pequena referência que unisse a alfabetização e o coordenador, nas Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização do DF. Dessa maneira foi necessário destrinchar a

pesquisa em três descritores: alfabetização, coordenador pedagógico e Bloco Inicial de Alfabetização.

Toda pesquisa requer estudo e dedicação, pois o caminhar é longo e árduo. A busca por material requer tempo, pois além de selecionar material com tema dos descritores, faz-se necessário uma triagem acerca dos que irão embasar a pesquisa.

A ANPEd traz inúmeros artigos sobre alfabetização, porém somente um foi escolhido devido à similaridade com o assunto alfabetização e letramento. A pesquisa se deu nas reuniões realizadas entre 2007 a 2012, no Grupo de Trabalho G10 – Alfabetização, leitura e escrita.

A biblioteca eletrônica Scielo também trouxe inúmeros artigos sobre alfabetização, dentre todos, o artigo selecionado foi o mais utilizado sobre o tema, o da autora Magda Soares (2004).

Devido à falta de artigo sobre o coordenador pedagógico, nos sites pesquisados da Anped e da Scielo, recorreu-se a excelência da biblioteca virtual que compõe o curso de pós-graduação em Coordenação Pedagógica, lá foram encontrados três artigos que embasaram a pesquisa.

Recorreu-se também ao do Regimento Interno da Secretaria de Educação do Distrito Federal, a portaria nº27 de 2 de fevereiro de 2012, às Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização, o Regimento Interno e a portaria nº 29 de 29 de janeiro de 2013 em busca de leis que regem o trabalho do coordenador pedagógico e que direcionam o processo de alfabetização no DF. Em todos foram encontrados artigos e incisos que normatizam a função do coordenador pedagógico.

A biblioteca virtual de teses e dissertações da UnB também trouxe uma gama de teses sobre alfabetização, porém duas foram escolhidas uma por incluir alfabetização e o BIA e a outra por dissertar de forma concisa sobre o processo de alfabetização e letramento na prática.

Com os textos selecionados o próximo passo foi construir, em meio a tantas teorias, o embasamento teórico da pesquisa.

1.2 Alfabetização e letramento

Apesar da discordância acadêmica sobre a distinção conceitual entre a alfabetização e o letramento, onde muitos acreditam que seja apenas um

neologismo, não nos deteremos a esse fato, via que a escolha veio devido à ligação ao Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), tendo como um de seus eixos integradores a ligação indissociável para os dois termos. “A ação pedagógica no BIA deve contemplar simultaneamente a alfabetização e o letramento, nos seus mais diversos campos de conhecimento” (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 30).

Para fazer o aporte distinto desses dois termos, é importante nos remetermos à década de 80, pois foi lá que as ideias começaram a se difundir e, como afirma Soares (2004, p. 8), “houve uma desinvenção da alfabetização, termo utilizado pela autora para nomear a perda da especificidade do processo de alfabetização”.

Se fizermos uma viagem histórica pela educação, em específico, pela alfabetização, perceberemos que até a década de 80 oscilávamos em duas correntes distintas: ou alfabetiza-se utilizando o termo em si, com famílias, letras partindo da menor unidade para a maior, ou ainda seguia-se a ideia, de alfabetizar iniciando do texto para as letras, deixando que as crianças descobrissem as relações das letras com os seus sons por meio de suas experiências. Esses dois extremos são representados por Soares (2004, p.12) com a metáfora “curvatura da vara”, não há um meio termo, ou se é tradicional ou cognitivista.

Porém, diversas avaliações de aprendizagem demonstravam o fracasso de ambas no processo de alfabetização, fato esse explicado por SOARES (2004, p.12)

o fracasso em alfabetização nas escolas brasileiras vem ocorrendo insistentemente nas últimas décadas; hoje, porém; esse fracasso configura-se de forma inusitada (...) e se traduz em altos índices de precário ou nulo desempenho em provas de leitura, denunciando grandes contingentes de alunos não alfabetizados ou semi-alfabetizados depois de quatro, seis, oito anos de escolarização, quer dizer houve uma perda no processo de alfabetização, o que demonstrou o insucesso das práticas de alfabetização.

Com as pesquisas de Emília Ferreira e Ana Teberosky, em meados dos anos 80, iniciou-se uma nova caminhada no pensar sobre como se dá a alfabetização, deixa-se de lado as percepções motoras e auditiva e passa-se a considerar as percepções cognitivas do aluno. Para Gondim (2007, p.24),

os estudos relacionados ampliam o termo ‘alfabetização’, pois se perde a ideia de estudarmos somente letra e fonemas, para um alfabetizar de forma ampla, deixa de ser apenas por estímulos

externos e sim por interno, o aluno é sujeito ativo de sua aprendizagem.

Já para Soares (2004, p.11) “a perspectiva psicogenética alterou profundamente a concepção do processo de construção da representação da língua escrita”.

“Mesmo com toda essa mudança pragmática no processo de alfabetização e inegáveis contribuições, não há como negar que houve uma perda no processo, pois o foco maior era na faceta psicológica da alfabetização” (SOARES, 2004, p.11). A mesma autora afirma ainda, na mesma página de seu artigo, que “esqueceu-se do processo linguístico e fonético da alfabetização (..) privilegiando a faceta psicológica da alfabetização, obscureceu-se sua faceta linguística – fonética e fonológica”.

Assim nessas três últimas décadas, mesmo com as contribuições da perspectiva psicogenética percebeu-se que o tema alfabetização estava relacionado somente a essas características psicológicas do processo, havendo a necessidade de relacionar o sistema fonológico, alfabético e linguístico com vistas nas funções sociais da escrita, fato esse que veio a diferenciar e surgir os termos alfabetização e letramento para denominar o processo de aquisição da leitura e escrita, ideias distintas, mas indissociáveis. Soares (2004, p.14) em seu artigo define alfabetização como a aquisição convencional da escrita e o letramento pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a escrita.

Vale ressaltar, que apesar da distinção dos termos, eles são indissociáveis e interdependentes, portanto não há um que anteceda o outro, eles acontecem simultaneamente.

1.3 Diretrizes Pedagógicas do BIA

A educação por si só tem características peculiares de cada lugar a que pertence e no Distrito Federal não podia ser diferente, principalmente quando o assunto é alfabetização, mesmo seguindo as orientações do Currículo Nacional de Educação, a Subsecretaria de Educação Básica do Distrito Federal, por meio da Coordenação de Ensino Fundamental, apresentou este ano as Diretrizes Pedagógicas que deverão embasar e nortear o trabalho no BIA. “O documento

oficial tem como objetivo maior a formação integral do sujeito autônomo, crítico e solidário” (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 5).

Com vistas na ampliação do Ensino Fundamental de 9 anos, foi criado um documento que propõe uma nova proposta de alfabetização para o DF, a Proposta Pedagógica do BIA - 2006. Tal documento foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação do DF por meio do parecer nº 212/2006.

Para a formulação deste documento foram convidados diversos professores da SEEDF, que participaram por meio de debates, de encontros, de reuniões e de proposições levantadas nos processos de formação, como está descrito nas Diretrizes. Tais Diretrizes foram elaboradas para nortear as práticas pedagógicas de todos que estão envolvidos no BIA no que envolve as práticas, a avaliação, a reorganização dos espaços e saberes.

“O Bloco apresenta uma organização escolar em ciclos de aprendizagem, assim preconiza uma unidade escolar que proporcione o avanço de todos com qualidade de aprendizagem e respeito às questões individuais dessas aprendizagens” (DISTRITO FEDERAL, 2012 p.10). Nesse sentido, os alunos do Distrito Federal (DF) que fazem parte do BIA não são retidos e tem uma progressão continuada, fato que hoje é defendido também pelo MEC.

Para que este ciclo seja organizado de forma singular e que favoreça o processo de ensino-aprendizagem, o Conselho Nacional de Educação (2010, p.8-9 apud DISTRITO FEDERAL, 2012, p.11) assegura a esses anos do ciclo no artigo 30

- I- A alfabetização e o letramento;
- II- O desenvolvimento das diversas formas de expressão, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa, a Literatura, a música e demais artes, a Educação Física, assim como o aprendizado da Matemática, da Ciência, da História e da Geografia;
- III- A continuidade da aprendizagem tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade e deste para o terceiro.

Para que haja o ciclo de aprendizagem faz-se necessário um olhar diferenciado do educador, pois este deve enxergar a continuidade da aprendizagem. Mas para que essa aprendizagem em ciclo realmente se efetive é preciso que haja uma mudança qualitativa. Segundo Villas Boas (apud DISTRITO FEDERAL, 2012

p.14) “implantar um ciclo de alfabetização implica construir uma escola desvinculada das características da seriação.” Portanto, requer outra concepção de ensino e aprendizagem, requer uma nova escola.

1.4 Alguns princípios do trabalho pedagógico no BIA

Os princípios a seguir descritos devem nortear o planejamento, e consequentemente a rotina diária do professor em sua sala de aula. Segundo está descrito nas Diretrizes Pedagógicas o BIA fundamenta-se em tais princípios sendo, portanto função de todos os envolvidos com o Bloco estar atento à adoção dos mesmos, sob risco de inviabilizar o pleno êxito do processo de aprendizagem dos estudantes na alfabetização.

1.4.1 Princípio da formação continuada

Hoje é notório no meio acadêmico que o docente que deseja promover a aprendizagem de seus alunos deve investir em sua formação, não sendo essa apenas de forma acumulativa de curso, mas com vistas reflexivas. Nesse sentido, a formação do professor do BIA deve ser vista numa perspectiva crítico-reflexiva que possibilite aos docentes a construção de sua autonomia pessoal e pedagógica (NÓVOA, 1992 apud DISTRITO FEDERAL, 2012, p.25).

Essa nova perspectiva busca superar a separação linear e mecânica entre o conhecimento técnico-científico e as práticas sociais que surgem na sala de aula, “não basta apenas se pautar de sua experiência em sala de aula é necessário um embasamento teórico para que se coloque em reflexão sua prática” (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 51).

1.4.2 O reagrupamento

Sabemos hoje, que a troca de informações, experiências, enfim de saberes se torna fundamental para evolução da aprendizagem. Como citam Frade e Meira (2012, p.3),

Ampliando o entendimento de educação para além dos muros da escolarização formal, e pensando nas múltiplas interações sociais de

que participamos no mundo, percebemos o quanto estamos em contínuo processo de aprendizagem uns com os outros, seja qual for à esfera considerada – formal informal ou cognitivo-afetiva.

O trabalho em grupo durante a alfabetização permite ao professor um olhar diferenciado e individualizado de cada aluno, pois o mesmo foi atendido de acordo com suas necessidades. Segundo as Diretrizes Pedagógicas do BIA (2012, p.59) o reagrupamento é um princípio do BIA que se efetiva como uma estratégia de trabalho em grupo, que atende a todos os estudantes.

Para que aconteça o reagrupamento faz-se necessária uma reorganização de tempo e espaço no ambiente escolar, além disso, o docente que promove esse tipo de atividade deve planejar de forma crítica e coletiva e registrar suas atividades.

Segundo as Diretrizes, os reagrupamentos podem ser organizados da seguinte forma:

Quadro 1: Reagrupamento

<p>Reagrupamento Intraclasse É uma estratégia que envolve todos os estudantes de uma mesma turma agrupados, de acordo com suas dificuldades de aprendizagem.</p>	<p>Reagrupamento Interclasse É uma estratégia que envolve todos os estudantes do ciclo e os professores do mesmo ano ou entre diferentes anos do Bia, permitindo intercâmbio entre as turmas.</p>
---	--

Organização: Michelle Rodrigues Alves, 2013

Para Pereira (2008, p.80), “devemos ponderar que somente organizar os alunos em grupos não garante a aprendizagem, é necessário que esses reagrupamentos sejam mais uma intervenção no desenvolvimento de boas situações”. Sendo assim não é agrupar por agrupar deve se planejar, avaliar as intervenções a serem feitas. Segundo as Diretrizes (DISTRITO FEDERAL, 2012, p.63), as duas modalidades de reagrupamento devem apresentar os seguintes critérios:

- As intervenções pedagógicas não devem ser as mesmas do contexto diário de sala de aula. Os eixos ludicidade, alfabetização e letramento devem ser contemplados.
- Todos os professores da unidade escolar, incluindo coordenadores pedagógicos e equipe de direção, devem estar envolvidos no trabalho. A participação do coletivo de professores permite outros olhares sobre os estudantes que poderão contribuir para avaliação e o planejamento de estratégias (...).

- Os reagrupamentos devem apresentar as seguintes características: flexibilidade, dinamismo e diversidade.
- O período de realização sugerido é de duas vezes por semana. Caso haja necessidade deverá ser realizada mais vezes. (...)
- As atividades do reagrupamento devem ser registradas no diário de classe, conforme orientações nele constantes, em fichas encaminhadas pela SEDF. No registro devem ser relacionados os objetivos e procedimentos adotados para o seu alcance com cada grupo de alunos.
- Faz-se necessário investimento na priorização da continuidade dos reagrupamentos para que os resultados sejam alcançados.

1.4.3 Projeto Interventivo

O Projeto pedagógico nasce de uma necessidade escolar específica e por isso a sua execução é uma proposta de intervenção, e permite sanar de uma forma pontual e continua as situações – problema de um determinado contexto.

O Projeto Interventivo (PI) constitui-se em um princípio do BIA destinado a um grupo de alunos com necessidades específicas de aprendizagem que acarretem o não acompanhamento das situações específicas de aprendizagens proposta para o ano (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 64).

Realizar atividades escolares com projetos que intervêm no processo de ensino-aprendizagem são práticas enriquecedoras, pois favorecem a socialização e o aprendizado. Vale ressaltar que esse tipo de atividade visa o desenvolvimento de uma prática educativa significativa, lúdica, reflexiva e contextualizada.

O projeto interventivo é elaborado em parceria professor e equipe pedagógica da escola (o coordenador, a direção e todos os demais envolvidos no trabalho pedagógico), observando-se os interesses e as necessidades individuais dos estudantes a serem atendidos (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 66).

Desta forma é importante que todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem voltem seus olhares para as necessidades educacionais dos estudantes e busquem intervenções que os auxiliem.

Nesse sentido a troca de saberes entre docente e coordenador pedagógico é de extrema valia, pois o envolvimento de diferentes profissionais permite uma flexibilização e dinamicidade ao projeto.

1.5 A coordenação pedagógica

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um norte a ser seguido, um rumo, uma direção, com uma ação coletiva, intencional, dialógica e objetivos claros. Não é de forma alguma uma receita perfeita de projeto, pois o caráter coletivo do projeto o torna uma missão intensa e cheia de entraves, mas ir além de atividades arquivadas com propostas de ações que devem se vivenciadas em todos os momentos por todos os envolvidos, desde sua construção, execução e avaliação.

Segundo Veiga (2003, p. 275), o projeto é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias no sentido de buscar soluções alternativas para os diferentes momentos do trabalho pedagógico administrativo.

Nesse sentido a coordenação pedagógica, que na SEDF, acontece em horário contrário ao de aula e tem 15h de duração no âmbito interno da escola, conforme descrito na Portaria nº 27 de 2012, deve ser entendida como um espaço para que se articulem as ações previstas no PPP da escola. “Nela se organiza a reflexão, a participação e os meios para implantação do projeto” (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 53).

A coordenação pedagógica é também o espaço de formação continuada dos professores, o que deve ser visto como um momento para resignificação de sua docência, acerca de um fazer coletivo.

Não devemos nos esquecer de que o espaço destinado à coordenação pedagógica é uma conquista dos professores, que com muita luta adquiriram o direito a um espaço que visa garantir a qualidade da educação.

1.6 O coordenador pedagógico

Historicamente podemos dizer que a identidade do coordenador pedagógico se divide em dois principais momentos: o anterior a lei nº 9394/96 em que o papel do coordenador era autoritário, controlador, inspetor que a todos controla e a tudo vê, aquele em que nada contribuía para a construção de um saber pedagógico desafiador, a sua função principal era supervisionar. Já posterior à lei a função é democrática e dá grande ênfase ao coletivo, tem que se pensar de forma crítica e

reflexiva proporcionando aos docentes uma formação continuada, o que consequentemente atingirá o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. Toda essa mudança se deve ao princípio democrático citado na lei n. 9.394 de 1996, no artigo 3º, inciso VII, que garante a gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino.

Considerando o princípio da gestão democrática que está vigente na Lei n. 9.394 de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), o coordenador pedagógico das escolas públicas deve ser escolhido e não indicado.

Segundo a Portaria n. 27, de 2 de fevereiro de 2012, capítulo II, artigo 16 c, o coordenador deve ser eleito pelos professores da Unidade Escolar e é nesse ponto que os desafios se iniciam, pois se percebe que o coordenador pedagógico é um professor que está coordenador e a identidade da função não se engloba ao ser que acaba assumindo papéis que não lhe são pertinentes, como o faz tudo, ou “bombeiro”, ou que é pior assistente administrativo atolado em funções burocráticas.

Vasconcelos (2008, p.86) faz um retrato dessa definição negativa que muitos coordenadores têm assumido.

Não é fiscal do professor, não é dedo-duro (que sempre entrega os professores para a direção ou mantenedora, não é pombo-correio (que leva recado da direção para os professores e dos professores para a direção, não é coringa/tarefeiro/ quebra-galho/salva-vidas (ajudante de direção, auxiliar de secretaria, enfermeiro, assistente social etc).

O fato é que o professor que assume a função de coordenador não está preparado para tal, não existem na rede de ensino público do DF muitos cursos formadores que auxiliem a caminhada desse profissional, haja vista o número de professores que se candidatam a vaga da coordenação. Infelizmente nota-se que em muitas escolas o docente que assume a função é o que sobra durante a escolha de turma e que não quer ser devolvido a sua Regional de Ensino, o que auxilia na deturpação da identidade do coordenador.

O coordenador tem importante função na escola o de articular os saberes entre todos os sujeitos envolvidos no eixo escolar, o de favorecer o coletivo e suas relações desde a escola e a família até as relações entre o aluno e o professor. Segundo o Regimento Interno da SEEDF, art. 21 (DISTRITO FEDERAL, 2009), o coordenador pedagógico tem como funções:

- I - participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação da Proposta Pedagógica da instituição educacional;
- II - orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Proposta Pedagógica da instituição educacional;
- III - articular ações pedagógicas entre professores, equipes de direção e da Diretoria Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações;
- IV - divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas, promovidas pela instituição educacional, pela Diretoria Regional de Ensino e pela Subsecretaria de Educação Básica, inclusive as de formação continuada;
- V - estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe e de oficinas pedagógicas locais;
- VI - divulgar, estimular e propiciar o uso de recursos tecnológicos, no âmbito da instituição educacional, com as orientações metodológicas específicas;
- VII - orientar os professores recém-nomeados e recém-contratados quanto ao desenvolvimento da Proposta Pedagógica;
- VIII - propor reflexão avaliativa da equipe, objetivando redimensionar as ações pedagógicas; e
- IX - propor ações educativas que visem ao avanço de estudos e a recuperação do processo de ensino e aprendizagem.

A crescente demanda escolar tem exigido cada vez mais do coordenador: permear os grupos envolvidos no ambiente escolar e favorecer o processo de ensino-aprendizagem. Segundo Vasconcelos (1998, p. 88), quando analisamos a função social da escola (a educação através do ensino), nos damos conta de que a atuação da coordenação pedagógica se dá no campo da mediação, pois quem está diretamente vinculado à tarefa de ensino, *stricto sensu*, é o professor.

A realidade escolar deve ser vista de diferentes pontos de vista por esse profissional para que a sua função não se torne apenas unilateral e autoritária, todas as diferentes dimensões devem ser consideradas sejam elas sociais ou educacionais. Sabe-se que tratar de educação considerando apenas o professor ou o aluno é um grande erro.

Outro campo de atuação do coordenador é a formação continuada que tece de forma coletiva momentos de investigação, estudo e questionamento, esses momentos permite ao grupo um pensar sobre a sua própria prática diária. Temos aqui, talvez uma das maiores mudanças na identidade do coordenador que é o

pensar sobre, o refletir de forma a proporcionar de um aprendizado significativo. De acordo com Lima (2007, p.85),

o Coordenador Pedagógico é um profissional que deve valorizar as ações coletivas dentro da instituição escolar, ações essas que devem estar vinculadas ao eixo pedagógico desenvolvido na instituição. Ele deverá ser o articulador dos diferentes segmentos da mesma, na elaboração de um projeto pedagógico coletivo.

Muito mais que uma função, ser coordenador exige do profissional uma identidade reflexiva, dialógica e persistente que seja capaz de superar as dificuldades diárias desde problemas encontrados com os próprios colegas que muitas vezes passam a vê-lo não mais como um colega, mas como um ser entre a gestão e o grupo de professores, a falta de informação e apoio ao profissional que escolhe essa função até as dificuldades de serem superadas na comunidade ao qual está inserido proporcionando a todos envolvidos ferramentas que o auxiliem no processo de ensino aprendizagem.

Para Lima (2007, p. 83-84)

A coordenação pedagógica em seu sentido estrito, conseqüentemente, não se caracteriza como dimensão mecânica e centralizadora, definidora da relação mando-submissão alienando-se das questões contextuais que inquietam professores, alunos e comunidade; muito pelo contrario, garante o espaço da dialogicidade fortalecendo a vitalidade projetiva do agrupamento de atores sociais, atendendo as perspectivas da comunidade extra-escolar na luta por uma educação de qualidade e primando pela superação dos obstáculos que inviabilizam as ações coletivas.

Quando relatamos a função coletiva, mediadora, articuladora e formadora do coordenador pedagógico, nos remetemos ao quão necessário esse deve ser quando atua no BIA, pois é ele quem deverá oportunizar um trabalho coeso relacionado à função social da escola. No DF o coordenador pedagógico tem suas funções listadas no Regimento Interno da SEEDF, porém quando este está ligado ao Bia também deve agregar as seguintes funções relacionadas nas Diretrizes Pedagógicas do BIA:

- Planejar e orientar o desenvolvimento das estratégias de avaliação diagnóstica;
- Orientar, acompanhar e avaliar a elaboração do Projeto Interventivo, a partir do Projeto Político- Pedagógico da escola;

- Estimular e dar suporte técnico-pedagógico ao planejamento, desenvolvimento e avaliação das estratégias de reagrupamento;
- Planejar momentos de estudos relacionados ao aprimoramento das didáticas utilizadas pelos alfabetizadores;
- Estimular a participação dos professores nas coordenações pedagógicas da escola, nos cursos e oficinas oferecidos pelo CRA/GREB e EAPE.

O coordenador pedagógico no BIA deve permear os grupos envolvidos no ambiente escolar e favorecer o processo de ensino-aprendizagem, promovendo a reflexão, o diálogo, à criticidade, a formação continuada, com essas atitudes facilitará o processo de alfabetização dos alunos.

2. METODOLOGIA

Atuo na SEDF há exatos quatro anos e destes em dois fui coordenadora pedagógica do BIA. No exato momento em que assumi a função percebi que ser coordenador pedagógico na Secretaria de Educação do Distrito Federal é um grande desafio, pois ao ser escolhido pelo grupo de professores você se depara com a seguinte questão: o que faz um coordenador pedagógico?

Toda essa dúvida se deve ao fato de suas funções não estarem bem definidas e esclarecidas ao grupo de professores e se esse coordenador for de séries iniciais a confusão é maior ainda, pois ele tem que articular o processo de alfabetização de acordo com as novas Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização. Percebendo o quão importante é o coordenador pedagógico durante o processo de alfabetização farei uma pesquisa acerca do assunto.

Tenho como objetivo nesta pesquisa identificar de que forma o coordenador pedagógico pode auxiliar o processo de alfabetização das crianças que participam do Bloco Inicial de Alfabetização no Centro de Ensino Fundamental 02 Riacho Fundo II do Distrito Federal.

Para fundamentar esta pesquisa foi escolhida uma abordagem qualitativa. Como afirma Neves (1996), em certa medida, os métodos qualitativos se assemelham a procedimentos dos fenômenos que empregamos em nosso dia-a-dia, que tem a mesma natureza que o pesquisador qualitativo emprega em sua pesquisa. Nesse sentido a pesquisa verificará o atuante em ação, o coordenador em sua prática, o contexto.

A escolha pelo método se deu pelo fato de a pesquisa ter enfoque educacional, visto que este privilegia a participação ativa dos envolvidos durante a pesquisa. Para Creswell (2007, p.186), “a pesquisa qualitativa usa métodos múltiplos que são interativo e humanístico.” O que permite ao pesquisador entrar no universo pesquisado e interpretá-lo, baseado em seus dados.

Pelo fato de ser uma pesquisa que se deterá a um único contexto de forma aprofundada foi um estudo de caso.

Triviños (1987, p.133) esclarece que “o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objetivo é uma unidade que se analisa profundamente. Sendo assim podemos analisar o problema da pesquisa dentro da unidade de estudo”.

Para isso foram utilizados como instrumentos de pesquisa a entrevista semiestruturada com três professoras e duas coordenadoras e a análise documental primária do PPP. Vale ressaltar que o tipo de entrevista escolhida se deve pelo fato de existir um roteiro que está de acordo com os objetivos da pesquisa, mas ele não impede o entrevistado de emitir opiniões e até de o entrevistador fazer questionamentos. Como afirma Triviños (1987, p.146),

a entrevista semiestruturada ao mesmo tempo em que valoriza a presença do pesquisador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias enriquecendo a investigação.

Após coleta de dados realizei um entrelaçar entre a fundamentação teórica e os depoimentos das professoras e coordenadoras, além de relacioná-los com a análise documental para buscar ações do coordenador como facilitador do processo de alfabetização.

2.1 Relato da coleta

O processo de alfabetizar letrando é algo complexo que tem sido discutido em todo ambiente escolar, apesar dos termos não serem novos estes tem levado todos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem a refletirem sobre a forma como essa teoria se dá. Como cume desse processo está o coordenador pedagógico que por sua função deve articular e fornecer ferramentas para que esse professor consiga alfabetizar e letrar crianças até os 8 anos, porém no dia-dia das escolas o que mais se nota é que o professor que assume essa função muitas vezes não sabe verdadeiramente a que norte seguir mediante o seu desvio de função. Diante disso, percebeu-se a importância de se realizar uma pesquisa sobre de que forma o coordenador pedagógico pode facilitar o processo de alfabetizar, na perspectiva do letramento.

Os entraves para realização da coleta de dados foram muitos, pois durante estudo e pesquisa do referencial teórico percebi que em minha função de coordenadora teria que mudar a escola a ser pesquisada, devido ao fato de ser a única coordenadora de séries iniciais presente na escola em que atuava. A escolha da E.C.02 se deu pelo foco da escola em alfabetização e por fazer parte do quadro

como professora após concurso de remoção. Sendo assim, a coleta de dados se deu entre os meses de março e início de abril.

Antes de qualquer aplicação de instrumento as gestoras da escola foram procuradas e esclarecidas sobre o teor da pesquisa e seus objetivos e assinaram um termo de ciência da Instituição. Além disso, as professoras e coordenadoras também foram esclarecidas sobre a pesquisa e sobre a preservação de suas identidades, as mesmas assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.

A entrevista semiestruturada foi realizada com duas coordenadoras e três professoras da escola, uma representante de cada ano do BIA, a escolha se deu devido ao grande número de professoras e ao instrumento escolhido.

Para realização da entrevista com as coordenadoras foi necessário esperar um momento de passeio entre os alunos, pois foi o único dia em que estavam tranquilas e disponíveis devido a demanda da escola. A entrevista foi realizada na sala de coordenação com uma coordenadora por vez, o ambiente era silencioso e tranquilo.

Já com as professoras a entrevista teve que acontecer no horário de coordenação e em dias diferentes, visto que no ano de 2013 o momento de formação continuada tem acontecido dentro e fora da escola em cursos promovidos pela SEEDF, portanto os momentos em que estavam disponíveis eram poucos. O ambiente escolhido foi o escolar, só que em uma sala restrita devido a conversa na sala dos professores, vale ressaltar que na sala só estavam a pesquisadora e a entrevistada.

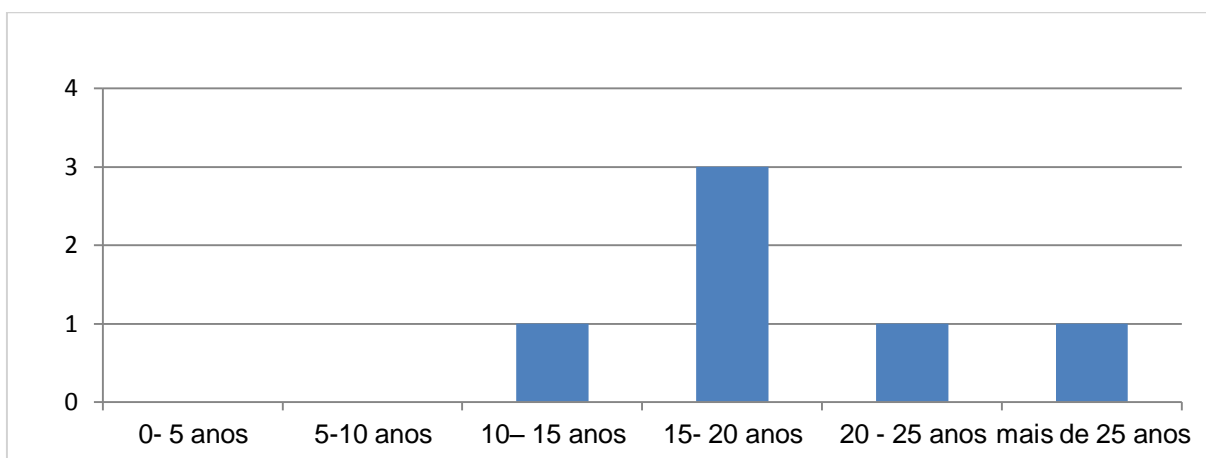
Além disso, o Projeto Político Pedagógico da escola foi analisado em busca de elementos que pudessem subsidiar o trabalho com a alfabetização e coordenação pedagógica.

3. EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Após entrevistas e análise de documentos seguem organização e especificidades da coleta de dados. As professoras entrevistadas foram tratadas de acordo com o ano em que trabalham: professora do 1º ano, professora do 2º ano e professora do 3º ano e as coordenadoras foram tratadas por coordenadora X e coordenadora Y

Observou-se, como mostra o gráfico abaixo, que os profissionais que atuam na escola já possuem certa experiência dentro da SEEDF, sendo elas coordenadoras e professoras entrevistadas tabuladas com mais de 10 anos de experiência. Destas as duas coordenadoras sendo uma com 16 anos de experiência e a outra com 22 anos, o que fez das entrevistas ricas em relatos.

Gráfico 1: Tempo de atuação na SEEDF



Organização: Michelle Rodrigues Alves, 2013

Ao serem questionadas sobre o tempo de coordenação pedagógica as coordenadoras também comungam do mesmo tempo na função, três anos de experiência, sendo que a coordenadora X, assim como foi tratada, assumiu no ano de 2013 o cargo de supervisora pedagógica da escola.

Quanto à formação acadêmica das entrevistadas, todas possuem curso superior em Pedagogia e apenas duas professoras e uma coordenadora possuem especialização na área de educação.

Quanto aos aspectos relativos à caracterização do trabalho, a professora do 1º ano respondeu pensativamente:

Pesquisadora: Quais práticas da proposta de alfabetizar letrando você adota em seu dia a dia?

Bem ... Utilizando vários gêneros textuais , atividades de leitura e escrita envolvendo os gêneros com intencionalidade social e comunicativa, ou seja utilizando situações do cotidiano onde se faça presente o uso social de cada um deles .Você viu lá em minha sala o cartaz que eu fiz? Era o texto de um e-mail pedindo o conserto do telhado da nossa sala de aula, endereçado à direção, as crianças ficaram tão empolgadas (sorriso). Acredito que é provocando situações onde a língua materna seja objeto de análise dos alunos e ao mesmo tempo um instrumento de posicionamento social, eles precisam usar a escrita deles para se colocarem, não é mesmo? Ah.... Já ia me esquecendo de falar que mesmo com os trabalhos de texto sempre faço uma reflexão sobre o que está escrito e como está escrito.

Percebemos pela fala da professora que a mesma contempla a prática de alfabetizar letrando, pois faz uso de textos para práticas sociais e promove uma compreensão do que e como está escrito.

Para Soares (2004, p.14),

o processo de alfabetização e letramento ocorre simultaneamente: pela aquisição do sistema convencional de escrita- a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita – o letramento.

Portanto apesar de suas particularidades são indissociáveis. Até mesmo porque percebemos pela fala da professora que as práticas apesar de teoricamente distintas acontecem ao mesmo tempo quando o assunto é a apropriação do Sistema de Escrita.

Ao ser questionada com a mesma pergunta, a professora do 2º ano faz outra colocação que também deve ser levada em consideração quando o assunto é alfabetizar letrando.

Profª 2º ano: Costumo utilizar parlendas e cantigas do mundo das crianças, né. Esses textos tem os sonszinhos, as rimas, que ajudam a trabalhar a relação letra-som quando eles vão escrever. Eles ficam mais motivados.

Moraes (2012, p.93) faz uma importante consideração sobre a importância do trabalho com tradições orais.

o fato de aqueles textos conterem uma série de rimas, aliterações, repetições(...) permite uma rica exploração dos efeitos sonoros acompanhada da escrita de palavras. Assim cria-se um bom espaço para que meninos e meninas comecem a prestar mais atenção nas palavras e em suas partes orais e escritas.

Quando a pergunta foi sobre o conhecimento acerca das Diretrizes Pedagógicas do BIA, todas foram categóricas e responderam que sim, fato este que demonstra que todas elas tem certo conhecimento do documento que norteia a proposta de trabalho dos professores que compõem o BIA. Porém ao explicarem em como esse conhecimento se deu, as respostas foram diferentes, pois as professoras do 1º e 2º ano afirmam que esse conhecimento se deu no ambiente de coordenação pedagógica da própria escola. Já a professora do 3º ano relacionou o conhecimento da proposta ao documento lançado em 2005, também conhecido como A proposta do BIA.

Profª 3º ano - Conheço e acredito. Aconteceu quando a Proposta foi lançada na Escola que eu trabalhava, lá na Ceilândia, escola essa que abraçou todas as propostas do BIA. Nesse tempo também vários cursos foram oferecidos sobre o BIA pela EAPE e tive a oportunidade de fazer todos.

Ao serem questionadas com a mesma pergunta sobre o conhecimento das Diretrizes pedagógicas as coordenadoras foram categóricas e responderam que sim. A coordenadora X ainda ressaltou o trabalho de formação feito na escola no ano anterior acerca do documento.

Sim, inclusive foi feito um estudo no ano passado sobre o que é cada um dos itens, o que é o reagrupamento, quais as práticas que norteiam essa diretriz.

“Delineiam-se como norteador para as práticas pedagógicas dos envolvidos no trabalho no que tange à reorganização e a articulação dos tempos e dos espaços das aprendizagens” (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 5). Portanto é de suma importância que o profissional que está diretamente envolvido no BIA tenha conhecimento e se aproprie dos princípios que regem esse documento.

Quando questionadas sobre a escolha do coordenador pedagógico em sua escola, a coordenadora X afirmou que:

Aconteceu de acordo com a portaria, antes da escolha de turma as pessoas quem tinha interesse se candidatou, todas que se candidataram foram eleitas. Todos vieram aqui trabalhar.

Percebemos em sua fala que a Portaria nº 29, de 29 de janeiro de 2013, capítulo II, artigo 18 b, que rege que o coordenador deve ser eleito pelos professores da unidade escolar, foi cumprida, porém é notório que foram poucos os candidatos, fato que foi ratificado pela fala da coordenadora Y “Eu me candidatei e não tinham outras candidatas, além dos números de vagas, então todos me acolheram”.

Tal fato se deve ao exaustivo dia-a-dia que compromete a função do coordenador pedagógico e que por muitas vezes afastam os professores de assumirem o cargo de coordenador pedagógico, o depoimento da coordenadora Y demonstra isso ao ser questionada sobre a função que exerce na escola

Expressando cansaço responde: ai... preparar as reuniões pedagógicas, estudos, acompanhar os professores nas terças e quintas, oriento os professores nos planejamentos, dando sugestão de atividades, de como trabalhar com alfabetização que para alguns é um tormento e a gente passa essas orientações para elas. Articular o PPP. Além de atender alunos e pais e de substituir professores que faltam e chegam atrasados. A gente tem que entrar em sala mesmo.

Vasconcellos (2008, p. 96) faz uma definição desses diversos papéis negativos e que não fazem parte da função do coordenador, colocando o que o coordenador:

não é fiscal do professor, não é dedo-duro (que sempre entrega os professores para a direção ou mantenedora), não é pombo-correio (que leva recado da direção para os professores e dos professores para a direção, não é coringa/tarefeiro/ quebra-galho/salva-vidas (ajudante de direção, auxiliar de secretaria, enfermeiro, assistente social etc)

É importante que o papel do coordenador fique claro e que este consiga atender realmente as necessidades pedagógicas da escola. Percebemos na fala da coordenadora Y, que a mesma tem exercido não só o papel negativo do coordenador, mas também o papel positivo, quando a mesma expõe seu trabalho em estudos e acompanhamento de professores. Vasconcellos (2008, p.86)

esclarece que “o coordenador, ao mesmo tempo em que engendra, deve ser questionador, desequilibrador, provocador, animando e disponibilizando subsídios que permitam o crescimento do grupo”. A presente citação foi ratificada na fala da coordenadora X ao ser perguntada sobre sua função na escola respondeu que

Basicamente acompanho o trabalho pedagógico do professor, né, trabalho junto com o professor de sala, planeja junto, daí o nome coordenação, ordenação do trabalho em conjunto, basicamente isso. É um trabalho conjunto de parceria e trocas em conjunto com o PPP aqui da escola.

Tanto a coordenadora X quanto a Y agiram de acordo com o que rege regimento interno da SEEDF, art. 21, em seus incisos II, V, VII e IX, o coordenador pedagógico tem como funções:

- I - orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Proposta Pedagógica da instituição educacional;
- II - estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe e de oficinas pedagógicas locais;
- III - propor reflexão avaliativa da equipe, objetivando redimensionar as ações pedagógicas; e
- IV - propor ações educativas que visem ao avanço de estudos e a recuperação do processo de ensino e aprendizagem.

O PPP da E.C 02 do RFII tem como um de seus fundamentos a reunião de professores e coordenadores para planejarem aula, reavaliarem as ações e projetos na busca do planejamento coletivo e uma formação unificada. Portanto, o espaço para troca de saberes entre professor e coordenador já está garantido na escola, sendo que o coordenador é o elo entre o PPP da escola e o professor. Percebe-se então que o coordenador nesse espaço escolar tem papel fundamental de assessorar o professor em sua prática.

Segundo Piletti (1998, p. 125 apud LIMA 2007, p.79), o coordenador deve

- a) acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação;
- b) fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem - se constantemente em relação ao exercício profissional;

- c) promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade no sentido de melhorar sempre mais o processo educativo;
- d) estimular os professores a desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem.

Ao serem questionadas sobre a existência de um espaço de formação continuada na escola e quem a promove as três foram unânimes na resposta:

Profª do 1º ano: Sim, pelas meninas da coordenação, contudo acredito que o espaço ainda é subutilizado, pois são poucos os profissionais que reconhecem a coordenação coletiva como espaço de formação.

Profª do 2º ano: Sim, é promovido pela equipe de coordenação.

Profª do 3º ano: Sim, quem faz são as coordenadoras.

Percebemos pela fala das professoras que os coordenadores presentes na escola têm promovido um de seus fundamentais papéis o de proporcionar a formação continuada. Segundo Lima (2007, p. 85), “o coordenador pedagógico é um profissional que deve valorizar as ações coletivas dentro da instituição escolar, ações essas que devem estar vinculadas ao eixo pedagógico desenvolvido na instituição”.

Percebemos que o coordenador é de fundamental importância no ambiente escolar, mas as suas especificidades não param por aí, pois o coordenador aqui tratado está diretamente ligado as práticas do BIA, já que a escola atende essencialmente a alunos dessa etapa de aprendizagem.

Ao serem questionadas sobre as práticas da coordenadora dentro do BIA as três professoras foram categóricas e relacionaram duas práticas previstas nas Diretrizes do BIA o reagrupamento e o projeto interventivo, conforme afirma a profª do 2º ano em sua fala a seguir:

o coordenador participa principalmente na organização e efetivação dos reagrupamentos como são pedidos nas diretrizes do BIA, ou seja, assume uma turma de alunos que atende aos níveis da psicogênese. E no PI, é claro, Questionamento da pesquisadora: Como? Pensando com a gente nas intervenções. Ah, aqui a coordenadora atende esse aluno, viu.

As Diretrizes do BIA têm o reagrupamento e o projeto interventivo como princípios de trabalho para os integrantes do BIA, pois ambos preveem a progressão de aprendizagens e o trabalho pedagógico coletivo.

O interessante entre as respostas sobre as práticas do coordenador no BIA foi a consonância entre a resposta de professoras e coordenadoras.

Coordenadora Y: A gente está com o Projeto Interventivo, a gente tá fazendo a avaliação das crianças depois que o professor fez o teste da psicogênese e a gente chama essas crianças uma a uma para entrevista, até para saber como vive se tem hábitos de estudo também, daí a gente vai ver o que se pode fazer para ajudar essa criança. Atenderemos na quinta-feira, começaremos com cinco crianças. Intervindo diretamente na aprendizagem das crianças. Fazemos também o reagrupamento ainda não começou este ano, mas nos dividimos os alunos por níveis de hipóteses de escrita e fazemos o atendimento, cada professor fica com um nível e nós coordenadores entramos e a supervisora também e ajudamos no planejamento.

Ambas estão relacionando as práticas do reagrupamento e projeto interventivo. “Todos os professores da unidade incluindo coordenadores pedagógicos devem estar envolvidos nesse trabalho” (DISTRITO FEDERAL, 2012, p.63). A participação coletiva de professores permite outros olhares sobre os estudantes. Ainda citando as Diretrizes (DISTRITO FEDERAL, 2012, p.66),

o projeto interventivo é elaborado em parceria: professor e equipe pedagógica da escola (o coordenador, a direção e todos os demais envolvidos no trabalho pedagógico), observando-se os interesses e as necessidades individuais dos estudantes que serão atendidos.

Com relação às práticas do coordenador como facilitador do processo de alfabetização, as três professoras afirmaram que o coordenador da escola tem auxiliado, porém foram diferentes as estratégias citadas para que isso acontecesse.

Profª 1º ano - Penso serem as coordenadoras pessoas fundamentais para construirmos uma prática de formação continuada e de planejamento coletivo. Acredito que investir mais na qualificação deste profissional ainda é o melhor caminho, aliada claro, a uma definição de papéis no interior da escola, para todos tenham a clareza de qual espaço o coordenador deve ocupar. Sabe aqui funciona, mas não é assim em todas as escolas.

Profª 2º ano - O coordenador auxilia o processo de alfabetização, contribuindo principalmente nos reagrupamentos e interventivos

realizados na escola, e dando suporte material, quer dizer, disponibilizando dicas e atividades a serem desenvolvidas nos diversos níveis de aprendizagem dos alunos do BIA.

Profª 3º ano - Com certeza, as coordenadoras conseguem fazer o planejamento com a gente e participam das intervenções pedagógicas, por isso é apresentado um sucesso maior nos resultados, é o que prática tem nos mostrando.

Pela fala das professoras percebemos o quão fundamental é o trabalho do coordenador no processo de alfabetização, na perspectiva do letramento, pois é ele quem fornece subsídios para que o professor trabalhe, além disso, promove momentos de formação continuada o que permite um espaço dialógico e crítico. Segundo as Diretrizes (DISTRITO FEDERAL, 2012, p.55-56), são atribuições do coordenador pedagógico que compõe o BIA

- Planejar e orientar o desenvolvimento das estratégias de avaliação diagnóstica;
- Orientar, acompanhar e avaliar a elaboração do Projeto Interventivo, a partir do Projeto Político- Pedagógico da escola;
- Estimular e dar suporte técnico-pedagógico ao planejamento, desenvolvimento e avaliação das estratégias de reagrupamento;
- Planejar momentos de estudos relacionados ao aprimoramento das didáticas utilizadas pelos alfabetizadores;
- Estimular a participação dos professores nas coordenações pedagógicas da escola, nos cursos e oficinas oferecidos pelo CRA/GREB e EAPE.

A pergunta relacionada às atividades do coordenador no BIA também foi dirigida aos coordenadores, que de forma simplista responderam:

Coordenadora Y - Eu acho importante passar para o professor, né, nas reuniões que estamos com ele, trabalhar as dificuldades do professor, pois é ele que está com a criança, é sentar com o professor vê onde estão as dificuldades, passar as estratégias e tentar atingir a criança na alfabetização. Também na avaliação, né, porque ele muitas vezes faz a avaliação e não sabe o que fazer com ela, a gente vê com ele como a partir dali ele pode intervir na sala para que aquele aluno avance na alfabetização. Fazendo reagrupamento na sala, às vezes uma coisinha que você tá ali com a criança a faz avançar.

Coordenadora X - No momento em que o coordenador senta com o professor e ele diz: "Olha eu estou com esses alunos não alfabetizados e tenho feito essas atividades. Aí é a hora do coordenador intervir e refletir dizendo que ele pode ir por aqui, estudar sobre isso aqui, intervir dessa e dessa forma. Então ele vai atender a dificuldade do professor para aquele grupo de alunos em processo de alfabetização. Então é aí que ele entra, sugerindo um

jogo, uma atividade um livro que possa ser lido, ou proporcionando um momento de formação. A gente senta e reflete sobre a situação dos alunos da escola, buscando sempre auxiliar os alunos no processo de alfabetização.

Percebemos na fala das coordenadoras que suas estratégias estão em consonância com o previsto nas estratégias do BIA, citadas acima, mas, além disso, permite ao professor momentos de pensar sobre sua prática de alfabetização, buscando assim estratégias que deem ao aluno subsídios que o permitam estar inserido em suas práticas sociais de leitura e escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa visou identificar de que forma o coordenador pedagógico pode auxiliar o processo de alfabetização, na perspectiva do letramento, das crianças que participam do Bloco Inicial de Alfabetização, no Centro de Ensino Fundamental 02, do Riacho Fundo II, do Distrito Federal.

Após estudos direcionados acerca do objetivo principal constatou que segundo os teóricos estudados que os termos alfabetizar e letrar apesar de trazerem conceitos diferentes, são indissociáveis sendo que de forma simplista podemos dizer que, alfabetizar é dar conta de compreender as propriedades do Sistema de Escrita Alfabética e utilizá-las de forma a construir um pequeno texto, já o termo letrar é estar inserido em práticas sociais de leitura, é lançar mão do conhecimento de mundo pra comunicar-se mesmo que ainda não esteja alfabetizado. Portanto o coordenador que, segundo os autores estudados, é visto como agente reflexivo e articulador, nessa percepção de aprendizagem, deve lançar mão de estratégias a fim de subsidiar o professor na árdua tarefa de alfabetizar letrando os alunos que compõe o BIA.

Após a realização de entrevistas e análise do PPP da escola percebe-se uma consonância entre a resposta de professora e coordenadoras e o referencial teórico, visto que os coordenadores apesar do cansaço demonstrado e sobrecarga de função tem articulado as estratégias e princípios do BIA a fim de oferecer ferramentas para que os professores trilhem o caminho da alfabetização e letramento com seus alunos.

Na visão dos professores, os coordenadores auxiliam quando sugerem atividades, promovem estudos, auxiliam no processo de reflexão acerca da avaliação, sentam para planejar, auxiliam no reagrupamento e projeto interventivo. Atitudes que estão dialogando não somente com a função do coordenador como está previsto na literatura utilizada, mas também com os documentos que regem a função na SEEDF.

No depoimento dos coordenadores é visível o cansaço, acúmulo de funções e até, se assim posso dizer, desvio da mesma, porém mesmo com todos esses contra tempos que dariam argumentos para outra pesquisa, os profissionais se desdobram e realizam sua função com facilitador no processo de alfabetização, proporcionando

aos professores momentos de formação, apoio, orientação, articulação no desenvolvimento das estratégias do BIA, e momentos reflexivos.

Juntamente com o problema proposto, no início, o objetivo geral foi alcançado, tendo como objetos por menores os objetivos específicos para a conclusão de que o coordenador pedagógico é facilitador do processo de alfabetização, na Escola Classe 02 do Riacho Fundo II.

É notório que todo esse trabalho do coordenador no Bloco Inicial de Alfabetização não é fácil e por muitas vezes estão sobrecarregados e até desestimulados, pois tem que acompanhar o trabalho dos professores, articular entre os atores da aprendizagem, promover momentos de formação continua e ainda tirar cópias quando não há quem o faça, mas acreditamos que mesmo encontrando tantos obstáculos é gratificante perceber que o trabalho fez a diferença e promoveu nem que seja por momentos repentinos o crescimento do processo de ensino aprendizagem e um ambiente escolar favorável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 03 de setembro de 2012

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação do Distrito Federal. **Diretrizes Pedagógicas do Bloco Inicial de Alfabetização.** 2. Ed. Brasília: SEEDF, 2012.

_____. Portaria nº 27 de 2 de fevereiro de 2012. **Diário oficial do Distrito Federal,** Poder Executivo, Brasília, DF, 2012, n 27, 06 de fev de 2012. Seção 1 p.11-14 Disponível em: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2012/02_Fevereiro/DODF%20N%C2%BA%20027%2006-02-2012/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20027.pdf Acesso em: 19 de setembro de 2012.

_____. Portaria nº 29 de 29 de Janeiro de 2013. **Diário oficial do Distrito Federal,** Poder Executivo, Brasília, DF, 2013, n 26, 01 de fev de 2013. Seção 1 p. 12-14. Disponível em: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2013/02_Fevereiro/DODF%20N%C2%BA%20026%2001-02-2013/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20026.pdf. Acesso em 08 de fev de 2013

_____. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Interno da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal,** 1ª. Ed – Brasília, 2009. Disponível em: <http://antigo.se.df.gov.br/sites/400/402/00002677.pdf>, Acesso em: 15 de agosto de 2012.

FRADE, C.; MEIRA, L. Interdisciplinaridade na escola: subsídios para uma zona de desenvolvimento proximal como espaço simbólico. *Educação em revista.* Belo Horizonte, v. 28, n. 1, mar. 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S0102-46982012000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 out 2012.

GONDIM, M. R. A. **Práticas de letramento em classes de alfabetização de crianças e desenvolvimento da consciência fonológica.** Dissertação de mestrado. Brasília: Faculdade de Educação, UNB, 2007.

LIMA, P. G; SANTOS, S. M. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. **Educere ET Educare,** Cascavel, PR, v. 2 n. 4, p. 77-90, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/faed/nefope/publicacoes/o-coordenador-pedagogico-na-educacao-basica-desafios-e-perspectivas> Acesso em: 15 de outubro de 2012.

MORAES, A. G. de. **Sistema de Escrita Alfabética**. Como eu ensino. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem. 1996.

PEREIRA, M. S. **A avaliação no Bloco Inicial de Alfabetização: a realidade de uma escola do Distrito Federal**. Dissertação de mestrado. Brasília: Faculdade de Educação, UNB, 2008.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17 abr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782004000100002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 1413-2478. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002>. Acesso em: 15 out 2012.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 9. ed. São Paulo: Libertad, 2008.

VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno CEDES**, Campinas, SP, v. 23, n. 61, dez. 2003. Acesso em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622003006100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out 2012.

APÊNDICE A – TERMO DE CIÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

Eu, _____,
RG n.º _____, matrícula SEEDF n.º _____, diretora da
Escola Classe 02 – Riacho Fundo II, sito à _____
Brasília/ DF – (CEP), declaro ter sido informado pela pesquisadora Michelle
Rodrigues Alves a respeito dos riscos, benefícios e confidencialidade da pesquisa a
ser feita com coordenadores e professores desta escola, cujo título é o coordenador
como facilitador do processo de alfabetização, na perspectiva do letramento de
crianças que compõem o BIA, na Escola Classe 02 do Riacho Fundo II, do DF.

Também estou ciente e autorizo a fazer entrevistas e analisar o PPP da
escola, mediante a publicação e divulgação dos resultados, por meio digital e/ou
impresso, que omitirão todas as informações que permitam identificar quaisquer dos
profissionais deste estabelecimento de ensino.

Brasília, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do participante

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
RG n.º _____, declaro ter sido informada pela pesquisadora Michelle Rodrigues Alves (a respeito dos riscos, benefícios e confidencialidade da entrevista e fornecida para a pesquisa (o coordenador como facilitador do processo de alfabetização: na perspectiva de letramento, do BIA).

Também participo voluntariamente ciente de que a publicação e divulgação dos resultados, por meio digital e/ou presencial, nas quais serão omitidas todas as informações que permitam identificar-me, contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e produção de conhecimento científico.

Brasília, _____ de _____ de 2013.

Assinatura do participante

Esclarecimentos a respeito da pesquisa:

- ☐ Justificativas e objetivos.
- ☐ Descrição do método utilizado e métodos alternativos existentes.
- ☐ Desconfortos e riscos associados.
- ☐ Benefícios esperados (para o voluntário e comunidade).
- ☐ Garantia de confidencialidade das informações geradas e a privacidade da pesquisa.
- ☐ Participação voluntária e possibilidade de retirada do consentimento a qualquer tempo, sem prejuízo na relação com o pesquisador ou com a instituição.
- ☐ Conduta para sanar eventuais dúvidas acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa.
- ☐ Recebimento de cópia deste termo.

Contatos:

Pesquisador(a) responsável: (Michelle Rodrigues Alves, michellralve@gmail.com, 99322178)

APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: PROFESSOR

Roteiro da entrevista semiestruturada: Professor

Identificação

Idade: _____

Formação acadêmica: _____

Tempo de SEEDF: _____

Tempo de docência: _____

Quais práticas da proposta de alfabetizar letrando você adota em seu dia a dia?
Explique.

Você conhece as Diretrizes Pedagógicas do BIA? Como esse fato se deu?

Durante as coordenações coletivas existe um espaço para formação continuada?

Quem a promove?

O coordenador participa de suas práticas do BIA? Quais? Explique.

O coordenador tem auxiliado no processo de alfabetização? De que forma.

APÊNDICE D – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA: COORDENADOR PEDAGÓGICO

Roteiro da entrevista semiestruturada: Coordenador pedagógico

Identificação

Idade: _____

Formação acadêmica: _____

Tempo de SEEDF: _____

Tempo de coordenação: _____

Como foi a escolha do coordenador pedagógico?

Como é a sua rotina na coordenação?

Qual é a função do coordenador na escola?

Você conhece as Diretrizes Pedagógicas do Bia?

O coordenador está incluso nessas Diretrizes? Em quais práticas?

Você adota práticas facilitadoras do processo de alfabetização? Quais? Explique.